

EDUARDO ARRUDA ALVIM  
RENNAN FARIA KRUGER THAMAY  
DANIEL WILLIAN GRANADO

# PROCESSO CONSTITUCIONAL

*Diretora Responsável*  
**Marisa Harms**

*Diretora de Operações de Conteúdo*  
**Juliana Mayumi Ono**

*Editores:* Cristiane Gonzalez Basile de Faria, Danielle Oliveira, Iviê A. M. Loureiro Gomes e Luciana Felix

*Assistente Editorial:* Karla Capelas

*Produção Editorial*  
*Coordenação*  
**Juliana De Cicco Bianco**

*Analistas Editoriais:* Amanda Queiroz de Oliveira, Danielle Rondon Castro de Moraes, Flávia Campos Marcelino Martines, George Silva Melo, Luara Coentro dos Santos e Rodrigo Domiciano de Oliveira

*Analistas de Qualidade Editorial:* Maria Angélica Leite, Samanta Fernandes Silva e Victor Bonifácio

*Assistentes Documentais:* Beatriz Biella Martins e Karen de Almeida Carneiro

*Capa:* Chrisley Figueiredo

*Administrativo e Produção Gráfica*  
*Coordenação*  
**Caio Henrique Andrade**

*Analista Administrativo:* Antonia Pereira

*Assistente Administrativo:* Francisca Lucélia Carvalho de Sena

*Analista de Produção Gráfica:* Rafael da Costa Brito

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Alvim, Eduardo Arruda  
Processo constitucional / Eduardo Arruda Alvim, Rennan Faria Kruger  
Thamay, Daniel Willian Granado. – 1. ed. – São Paulo : Editora Revista  
dos Tribunais, 2014.

Bibliografia  
ISBN 978-85-203-5638-8

1. Direito constitucional 2. Direito constitucional – Brasil 3. Direito  
processual 4. Direito processual - Brasil I. Thamay, Rennan Faria Kruger.  
II. Granado, Daniel Willian. III. Título.

14-09946

CDU-342:347.9(81)

---

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil : Processo constitucional : Direito  
342:347.9(81)

## Sumário

PREFÁCIO – ARAKEN DE ASSIS .....	9
À GUIA DE APRESENTAÇÃO – O PROCESSO CONSTITUCIONAL NO NOVO PARADIGMA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO – LENIO LUIZ STRECK.....	11
INTRODUÇÃO .....	21
I. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO .....	23
1. Introdução .....	23
2. Princípio do devido processo legal ( <i>due process of law</i> ) (art. 5.º, LIV, da CF/1988) .....	24
2.1 Conteúdo do princípio – A atuação da Suprema Corte norte- -americana .....	26
3. Princípio da isonomia (art. 5.º, <i>caput</i> , I, da CF/1988) .....	29
3.1 Aregrados arts. 181, 184 e 186 do NCPC (art. 188 do CPC/1973) e o princípio constitucional da isonomia.....	30
4. Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional (art. 5.º, XXXV, da CF/1988) .....	31
4.1 Justiça desportiva – Um caso excepcional .....	35
4.2 Exigência de depósito prévio em ações tributárias .....	36
4.3 Ação rescisória .....	36
5. Princípio do juiz e do promotor natural .....	37
6. Princípio do contraditório e da ampla defesa.....	40
6.1 A citação.....	43
7. Princípio da proibição da prova ilícita .....	44
8. Princípio da publicidade dos atos processuais.....	47
9. Princípio da motivação das decisões judiciais .....	48
10. Princípio da independência da magistratura .....	49
11. Princípio do duplo grau de jurisdição .....	52
12. Princípio da razoável duração do processo.....	53
13. Conclusões.....	54
II. ASPECTOS RELEVANTES SOBRE O CONTROLE DE CONSTITUCIO- NALIDADE .....	57
1. O guardião da Constituição em Carl Schmitt.....	57

2.	O guardião da Constituição em Hans Kelsen .....	63
3.	O guardião da Constituição na realidade brasileira e sua influência na jurisdição constitucional .....	67
4.	O controle de constitucionalidade: conceituação .....	70
4.1	Breves informações de sistemas de controle de constitucionalidade .....	72
5.	Inconstitucionalidade .....	76
5.1	Inconstitucionalidade formal .....	77
5.2	Inconstitucionalidade material .....	77
5.3	Inconstitucionalidade e seus demais elementos .....	78
6.	Formas de controle de constitucionalidade .....	80
6.1	Controles preventivo e repressivo .....	80
6.2	Controles: político, judiciário e misto .....	82
7.	Controle judicial .....	84
7.1	Controle judicial difuso .....	85
7.2	Controle judicial abstrato .....	86
III.	CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE: ADI, ADO, ADC E ADPF .....	89
1.	O controle de constitucionalidade no direito brasileiro .....	89
1.1	Aspectos históricos do STF frente ao controle de constitucionalidade abstrato .....	90
1.2	O controle de constitucionalidade abstrato como processo objetivo .....	96
1.3	O controle abstrato na legislação infraconstitucional: as Leis 9.868/1999 e 9.882/1999 .....	100
1.4	Tipos de ações no controle abstrato .....	102
1.4.1	Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) .....	102
1.4.1.1	Competência .....	106
1.4.1.2	Legitimados .....	107
1.4.1.3	Procedimento .....	111
1.4.1.4	Concessão de medida cautelar .....	113
1.4.1.5	Efeitos da declaração de inconstitucionalidade .....	115
1.4.1.6	Demais pontos relevantes: inovações .....	118
1.4.2	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) .....	123
1.4.2.1	Competência .....	126
1.4.2.2	Legitimados .....	126
1.4.2.3	Procedimento .....	126
1.4.2.4	Concessão de medida cautelar .....	127

1.4.2.5	Efeitos da declaração de inconstitucionalidade por omissão.....	127
1.4.3	Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) ....	130
1.4.3.1	Competência.....	133
1.4.3.2	Legitimados.....	135
1.4.3.3	Procedimento.....	136
1.4.3.4	Concessão de medida cautelar.....	136
1.4.3.5	Efeitos da declaração de inconstitucionalidade por omissão.....	137
1.4.4	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).....	139
1.4.4.1	Competência.....	144
1.4.4.2	Legitimados.....	146
1.4.4.3	Procedimento.....	147
1.4.4.4	Concessão de medida cautelar.....	148
1.4.4.5	Efeitos da decisão da ADPF.....	149
IV.	CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE .....	153
1.	Aspectos gerais.....	153
2.	Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle difuso....	155
3.	Recurso extraordinário.....	156
3.1	Alguns aspectos introdutórios.....	156
3.2	Competência.....	160
3.3	Prequestionamento.....	160
3.4	As hipóteses de cabimento de recurso extraordinário .....	161
3.5	Processamento do extraordinário.....	169
3.6	Efeitos do recurso extraordinário – Efeito devolutivo – Efeito suspensivo .....	170
3.7	Últimas considerações acerca dos recursos extraordinário – Questões práticas .....	171
3.8	Repercussão geral no recurso extraordinário – Novo requisito de admissibilidade.....	172
V.	DO ATIVISMO JUDICIAL NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE CONCENTRADO E DIFUSO.....	183
1.	Aspectos introdutórios.....	183
2.	Ativismos e judicialização da política.....	187
3.	O ativismo judicial realizador de políticas públicas.....	193
4.	O ativismo judicial realizado pelo STF .....	195
VI.	ACÕES CONSTITUCIONAIS (RECLAMAÇÃO, MANDADO DE SEGURANÇA, MANDADO DE INJUNÇÃO E <i>HABEAS DATA</i> ) .....	217

1.	A reclamação .....	217
1.1	Cabimento de reclamação .....	217
1.2	Reclamação – Aspectos relevantes.....	218
1.3	Elementos da reclamação contra decisão que tenha desrespeitado pronunciamento do STF proferido em sede de ação direta de inconstitucionalidade.....	221
1.4	A reclamação contra decisão judicial e a coisa julgada no processo subjacente.....	224
2.	Mandado de segurança.....	225
2.1	Aspectos iniciais.....	225
2.2	Sujeitos no mandado de segurança.....	227
2.2.1	Impetrante .....	227
2.2.2	Autoridade coatora .....	234
2.2.2.1	Considerações iniciais.....	235
2.2.2.2	Autoridade coatora como órgão público....	242
2.2.2.3	Autoridade coatora e competência .....	246
2.3	Direito líquido e certo .....	248
2.3.1	A prova e o mandado de segurança.....	248
2.3.2	Natureza jurídica do direito líquido e certo .....	264
2.3.3	Ilegalidade e abuso de poder .....	266
2.3.4	Outros aspectos relevantes.....	270
2.4	Prazo decadencial de impetração (120 dias).....	274
2.4.1	Natureza jurídica .....	274
2.5	Mandado de segurança preventivo – Mandado de segurança contra lei em tese.....	279
2.5.1	Considerações iniciais.....	279
2.5.2	O “justo receio” (parte final do art. 1.º da Lei 12.016/2009) .....	286
2.5.3	Mandado de segurança e lei de efeitos concretos.....	291
2.6	Liminar .....	294
2.7	Sentença.....	298
2.7.1	Ações mandamentais .....	298
2.7.1.1	Critérios classificatórios distintos .....	306
2.7.1.2	Atos administrativos nulos e anuláveis – Efeitos .....	307
2.7.1.3	Execução de sentença.....	309
2.8	Recursos.....	312
2.8.1	Mandado de segurança e remessa necessária.....	312
2.8.2	Legitimidade para recorrer.....	318
2.8.3	Recursos em espécie.....	320

2.8.3.1	Agravo.....	320
2.8.3.2	Demais modalidades recursais .....	331
3.	Mandado de injunção.....	341
3.1	Considerações iniciais sobre a finalidade do instituto .....	341
3.2	Origens .....	342
3.3	Objeto e finalidades.....	343
3.4	Pressupostos .....	344
3.5	Mandado de injunção e mandado de segurança .....	344
3.6	Competência.....	344
3.7	Procedimento.....	346
3.8	Legitimidade .....	346
3.9	Mandado de injunção coletivo .....	348
3.10	Natureza do provimento.....	348
4.	<i>Habeas data</i> .....	349
4.1	Considerações iniciais.....	349
4.2	Origens .....	350
4.3	Objeto e finalidades.....	350
4.4	Competência.....	351
4.5	Procedimento.....	353
4.6	Legitimidade .....	355
VII.	AÇÕES COLETIVAS (NOÇÕES GERAIS, AÇÃO CIVIL PÚBLICA, AÇÃO POPULAR E MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO).....	357
1.	Dos princípios do processo coletivo .....	357
1.1	Aspectos introdutórios.....	357
1.2	Dos princípios do processo coletivo .....	361
1.2.1	Princípio do devido processo legal coletivo.....	363
1.2.2	Princípio do acesso à justiça.....	366
1.2.3	Princípio da universalidade da jurisdição.....	368
1.2.4	Princípio de participação .....	368
1.2.5	Princípio da ação.....	370
1.2.6	Princípio do impulso oficial .....	370
1.2.7	Princípio da economia .....	371
1.2.8	Princípio da instrumentalidade das formas.....	372
1.2.8.1	Princípio da primazia do conhecimento do mérito do processo coletivo .....	373
1.2.9	Princípio da indisponibilidade da demanda coletiva ...	375
1.2.10	Princípio do microsistema: aplicação integrada das leis para a tutela coletiva .....	376
1.2.11	Princípio da reparação integral do dano .....	378

1.2.12	Princípio da não taxatividade.....	378
1.2.13	Princípio do ativismo judicial.....	379
2.	Noção geral sobre o processo das ações coletivas.....	380
2.1	Direitos difusos.....	380
2.2	Direitos coletivos.....	382
2.3	Direitos individuais homogêneos.....	383
2.4	Aspectos relativos à tutela desses direitos.....	386
2.5	Aspectos da coisa julgada no Código de Processo Civil.....	386
2.6	Aspectos da coisa julgada no Código do Consumidor.....	390
2.6.1	Coisa julgada e direitos difusos.....	390
2.6.2	Coisa julgada e direitos coletivos.....	397
2.6.3	Coisa julgada e direitos individuais homogêneos.....	398
2.6.4	Da suspensão das ações individuais (art. 104).....	402
2.6.5	Aplicabilidade do sistema do Código do Consumidor.....	403
3.	Ação civil pública (Lei 7.347/1985 – Lei da Ação Civil Pública).....	403
3.1	Aspectos introdutórios.....	403
3.2	Cabimento.....	403
3.3	Legitimidade.....	404
3.4	Procedimento.....	406
3.5	Decisão e seus efeitos.....	406
4.	Ação popular (Lei 4.717/1965 – Lei da Ação Popular).....	412
4.1	Aspectos introdutórios.....	412
4.2	Cabimento.....	413
4.3	Legitimidade.....	413
4.4	Procedimento.....	416
4.5	Decisão e seus efeitos.....	417
5.	Mandado de segurança coletivo.....	417
5.1	Pertinência temática.....	423
5.2	Aspectos iniciais.....	426
5.3	Legitimidade ativa.....	430
5.3.1	Alínea <i>b</i> do inc. LXX do art. 5.º da CF.....	430
5.3.2	Alínea <i>a</i> do inc. LXX.....	452
5.4	A exigência do caso concreto: o mandado de segurança preventivo.....	456
5.5	Coisa julgada no mandado de segurança coletivo.....	458
	REFERÊNCIAS.....	461